

COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES – LEI Nº 14.133/2021

AO VIVO



22, 23, 26 e 29
de fevereiro



O Curso

O tema planejamento das contratações está em voga mais do que nunca! É fundamental pensar estrategicamente as licitações para obter resultados mais consistentes e eficientes.

O planejamento está presente em vários normativos recentes, em reiterados acórdãos do TCU e, também, na nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133/2021, que tem disciplina detalhada para a fase preparatória e respectivos documentos.

Neste curso, trataremos do planejamento e de seus documentos em uma abordagem aplicada, com um passo a passo do conteúdo e da elaboração do estudo técnico preliminar conforme a IN nº 58/2022 e do termo de referência de acordo com a IN nº 81/2022. No decorrer das exposições, vamos apresentar melhores práticas e resolver casos concretos, tudo com especial atenção aos entendimentos do TCU.

Todo programa é fundamentado na Lei nº 14.133/2021, com destaque para as novidades e as alterações dessa norma. Também examinaremos os novos atos normativos já editados com base no novo regime, em especial as INs nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, o Decreto nº 10.947/2022 e a Portaria nº 8.678/2021, que vinculam a Administração Federal e servem de referência para toda a Administração Pública.

Não existe sucesso e evolução nas contratações públicas sem investimentos no planejamento, o que inclui a clareza em torno da necessidade, a busca pela melhor solução no mercado e a construção dos documentos que instrumentalizam o encargo da contratação de maneira assertiva.

Você vai dominar o planejamento e a elaboração do ETP e do TR de acordo com o novo regime das contratações públicas.

Motivos para participar deste Seminário

Preparar as contratações com mais segurança e eficiência.

Entender as etapas, os documentos e as decisões da fase de planejamento das compras e das contratações de serviços de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e os novos normativos editados.

Conhecer o conteúdo e as informações que devem estar previstos no Plano de Contratações Anual, no ETP e no TR.

Compreender as novidades da Lei nº 14.133/2021 sobre o planejamento das contratações e os documentos que devem ser produzidos nessa fase, com destaque para as INs nº 58/2022, nº 81/2022 e nº 65/2021, entre outros normativos sobre o tema.

Dominar as melhores práticas para afastar contratações ineficientes e apontamentos dos órgãos de controle quanto à fase de planejamento, em especial o conteúdo dos estudos preliminares e do termo de referência.

Aplicar as boas práticas para a inclusão da gestão de riscos nas contratações de compras e serviços.

Compreender os principais entendimentos do TCU e do Judiciário sobre o tema e que podem orientar a interpretação da nova Lei de Licitações.



Diferenciais do Zênite Online:

Plataforma própria Zênite para realização do curso

Aulas 100% ao vivo

Replays disponíveis por 7 dias

Metodologia que permite troca de conhecimento, enfoque aplicado e uso da tecnologia

Esclarecimento de dúvidas ao vivo ao final de cada aula

Professores especializados

Quem deve participar?



Profissionais das áreas requisitantes



Equipe de planejamento e do Departamento de compras e licitações



Pregoeiros e equipes de apoio



Agentes de contratação



Membros de comissões de licitação



Assessores, procuradores jurídicos e advogados



Auditores



Controles interno e externo



Agentes públicos envolvidos na fase preparatória/planejamento de compras e serviços

Agenda



Realização

22, 23, 26 a 29 de fevereiro

2024



Carga Horária

24 horas



Horários

14h às 18h

As aulas terão duração diária de 4h, sendo aproximadamente 3h de apresentação, intervalos e até 1h para responder perguntas.



Replay

As aulas poderão ser assistidas por até **7 dias após sua realização**

Conheça os professores



José Anacleto Abduch Santos

Procurador do Estado do Paraná. Advogado especialista em contratações públicas. Mestre e doutor em Direito Administrativo pela UFPR. Professor de Direito Administrativo do Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba). Exerceu cargos e funções de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Estado do Paraná; Procurador-Geral do Estado Substituto; Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública da UniBrasil; Presidente dos Conselhos de Administração e Fiscal da Paranaprevidência; e Presidente de Comissões Especiais e Permanentes de Licitação no Estado do Paraná. Membro das Comissões de Gestão Pública e Infraestrutura da OAB/PR e da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB Federal. Autor das obras *Contratos administrativos: formação e controle interno da execução – com particularidades dos contratos de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços terceirizados*; *Contratos de concessão de serviços públicos: equilíbrio econômico-financeiro*; e *Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte*. Coautor das obras *Comentários à Lei nº 12.846/2013: Lei Anticorrupção*; e *Lei das Estatais: comentários ao regime jurídico licitatório e contratual da Lei nº 13.303/2016*. Autor de vários artigos jurídicos.



Ricardo Alexandre Sampaio

Advogado. Consultor na área de licitações e contratos. Foi Diretor Técnico da Consultoria Zênite. Integrante da Equipe de Redação das Soluções Zênite e da Equipe de Consultores Zênite. Coautor da obra *Dispensa e inexigibilidade de licitação: aspectos jurídicos à luz da Lei 14.133/2021* (Forense, 2022). Colaborador da obra *Lei de licitações e contratos anotada* (6. ed. Zênite, 2005). Autor de diversos artigos jurídicos.



Rodrigo Vissotto Junkes

Advogado. Doutorando em Direito pela UBA. Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela UNIVALI. Especialista em Direito Administrativo e em Direito Civil. Consultor na área de licitações e contratos. Integrante da Equipe de Consultores Zênite. Participante do Observatório Nacional de Políticas Públicas e de cursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento.



REQUISITOS TÉCNICOS RECOMENDADOS: Para o bom o funcionamento da plataforma, recomendamos as seguintes especificações técnicas mínimas:

Computador: Processador i3 3Ghz Dual Core / 4GB RAM - **Internet** de 10Mbps (de preferência por cabo) - **Browser:** Google Chrome, preferencialmente - **Banda ideal:** Inbound participante: 3 Mbps

IMPORTANTE: Se essas especificações não forem atendidas, a qualidade do recebimento da transmissão do curso (áudio e vídeo) poderá ficar prejudicada.

Programa completo



Aula 1

Professor: José Anacleto Abduch Santos

Dia 22 de fevereiro, das 14h às 18h

NOVA LEI DE LICITAÇÕES – CONVIVÊNCIA ENTRE OS REGIMES

- ▶ Data de entrada em vigor da nova Lei e o período de convivência entre os regimes – Repercussões práticas

FASE PREPARATÓRIA/PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E SUA IMPORTÂNCIA

- ▶ Governança das contratações – Responsabilidade da alta administração – Novidades da Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- ▶ Importância dos documentos e das providências do planejamento conferida pela nova Lei
- ▶ Planejamento estratégico
- ▶ Plano de Logística Sustentável (PLS)
- ▶ Plano de Contratações Anual e a Portaria Seges/ME nº 8.678/2021
- ▶ As três fases do processo de contratação pública e a importância de uma visão sistêmica e coordenada dessas fases e do processo de contratação
- ▶ Etapas do planejamento
 - ▷ Estudos preliminares
 - ▷ Gerenciamento de riscos
 - ▷ Termo de referência
- ▶ Modelos de minutas e a possibilidade de adoção das minutas do Executivo Federal por todos os entes federativos
- ▶ Órgãos de administração de materiais e de serviços e os instrumentos para a centralização dos procedimentos
- ▶ Agentes públicos envolvidos no planejamento e as novidades do Decreto nº 11.246/2022
- ▶ Responsabilização por ações e omissões – LINDB e erro grosseiro e a disciplina da Lei nº 14.133/2021

Programa completo



Aulas 2 e 3

Professor: Rodrigo Vissotto Junkes

Dias 23 e 26 de fevereiro, das 14h às 18h

ENFOQUE APLICADO: NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, SERÃO ANALISADAS CLÁUSULAS DE MODELOS DE ETP

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS

PROCEDIMENTOS INICIAIS – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

▶ Objetivo

▶ Departamento/agentes responsáveis

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (ETP) DE ACORDO COM A IN Nº 58/2022

▶ O que é o ETP e qual a sua importância?

▶ ETP digital

▶ Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

▶ Departamento/agentes responsáveis

▶ Identificação e justificativa da necessidade

▶ Requisitos técnicos da contratação

▷ O que pode ou não ser exigido?

▷ Participação fundamental da área técnica/requisitante

▶ Levantamento das soluções disponíveis no mercado

▶ Práticas de sustentabilidade

▶ Descrição da solução como um todo

▶ Quantificação do objeto – Agrupamento do objeto em itens ou lotes

▶ Alinhamento com o Plano de Contratações Anual

▶ Viabilidade da contratação

▶ Justificativa da escolha entre compra e locação

Programa completo

- ▶ Elementos mínimos obrigatórios e elementos dispensáveis do ETP
- ▶ Objetos/situações que dispensam a elaboração de ETP
- ▶ Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado

Especificidades dos estudos preliminares para terceirização

- ▶ Atividades que podem e que não podem ser terceirizadas – Tratativa do Decreto nº 9.507/2017, da IN nº 05/2017 e da Lei nº 14.133/2021
- ▶ Serviços com e sem dedicação exclusiva de mão de obra
- ▶ Unidades de medida, quantificação dos serviços contínuos e reunião de serviços distintos em uma mesma licitação ou em um mesmo lote

Especificidades para aquisição de bens

- ▶ Aquisição de bens de consumo e de luxo – Disciplina do Decreto nº 10.818/2021
- ▶ Como garantir a qualidade?
- ▶ Prova de qualidade do produto: cumprimento de normas técnicas, certificação, protótipo, amostra, carta de solidariedade, indicação e vedação de marca – Novidades da Lei nº 14.133/2021



Aulas 4, 5 e 6

Dias 27 a 29 de fevereiro, das 14h às 18h

Professor: Ricardo Alexandre Sampaio

ENFOQUE APLICADO: NO DECORRER DA APRESENTAÇÃO, SERÃO ANALISADAS CLÁUSULAS DE MODELOS DE TR

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA, ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GESTÃO DE RISCOS (continuação)

GERENCIAMENTO DE RISCOS

- ▶ Planejamento sob a perspectiva da gestão de riscos e a Lei nº 14.133/2021
- ▶ No que consiste o gerenciamento de riscos?
- ▶ Identificação do risco, probabilidade e impacto, definição de ações preventivas e de contingência e definição de responsáveis
- ▶ Mapa de riscos nas compras e nos serviços

Programa completo

- ▶ Matriz de alocação de riscos nas compras e nos serviços
- ▶ Revisão do mapa de riscos e sua utilização como importante mecanismo de gestão contratual

DOCUMENTOS DO PLANEJAMENTO – TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

TR DE ACORDO COM A IN Nº 81/2022

- ▶ Documentos e providências anteriores – Estudos técnicos preliminares – Gerenciamento de riscos
- ▶ Falta do ETP e os impactos na construção do TR
- ▶ TR digital e seu conteúdo
- ▶ Dispensa de elaboração do TR
- ▶ Pesquisa e estimativa de preços no TR e os levantamentos realizados no ETP
 - ▷ Estimativa, pesquisa e levantamento dos preços no mercado – Procedimento da IN Seges/ME nº 65/2021
 - ▷ Fontes de pesquisa
 - ▷ Quantas pesquisas (cotações) devem ser realizadas?
 - ▷ Prazo do orçamento
 - ▷ Definição dos preços estimado e máximo: média, mediana ou menor valor
 - ▷ Memoriais de cálculo que devem ser juntados ao processo
 - ▷ Discrepância nos orçamentos obtidos – Procedimentos e cautelas
 - ▷ Atualização dos preços pesquisados
 - ▷ Formalização da pesquisa de preços
 - ▷ Pesquisa de preços no ETP e no TR
- ▶ Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra – Elaboração da planilha de custos e formação de preços
- ▶ Definição de critérios de aceitabilidade do preço
 - ▷ Definição dos preços estimado e máximo
 - ▷ Definição dos valores máximos unitários e global
 - ▷ Preço excessivo e preço inexequível
- ▶ Divulgação dos valores estimado e máximo no edital – Orçamento sigiloso
- ▶ Regimes de execução na compra de bens e contratação de serviços

Programa completo

- ▶ Modelo de execução do objeto
 - ▷ Definição da dinâmica do contrato
 - ▷ Modelo de ordem de execução
- ▶ Modelos de gestão do contrato e o instrumento de medição e pagamento (IMR)
- ▶ Conteúdo das propostas
- ▶ Descrição técnica – O que deve constar na proposta do licitante e a possibilidade de realização de diligências no julgamento
- ▶ Definição do procedimento – Licitação ou contratação direta
- ▶ Definição da modalidade de licitação, do critério de julgamento e dos modos de disputa
- ▶ Cabimento e vantagens do Sistema de Registro de Preços
- ▶ Definição dos documentos de habilitação
 - ▷ Vedações de ordem pessoal
 - ▷ Exigências de regularidade jurídica
 - ▷ Exigências de regularidades fiscal, social e trabalhista
 - ▷ Exigências de capacidade técnica
 - ▷ Exigências de capacidade financeira
 - ▷ Trabalho do menor
 - ▷ Forma de comprovação das condições exigidas
- ▶ Critérios de preferência e aplicação do regime da Lei Complementar nº 123/2006 para microempresa e empresa de pequeno porte
- ▶ Definição de condições específicas para a execução do contrato
 - ▷ Prazo de execução, prazo de vigência e prorrogação
 - ▷ Condições de execução e de pagamento
 - ▷ Garantia contratual
 - ▷ Revisão, reajuste e repactuação
 - ▷ Sanções administrativas
- ▶ Diretrizes específicas para os contratos com dedicação exclusiva de mão de obra:
 - ▷ Fiscalização administrativa – Acompanhamento do cumprimento dos direitos trabalhistas dos empregados
 - ▷ Retenção/glosa de pagamento e pagamento direto aos empregados

INVESTIMENTO

R\$ 3.930,00 / PARTICIPANTE*

- ★ **Lei Digital – Lei de licitações e contratos administrativos e legislação correlata sobre contratação pública**
- ★ **Apostila digital específica do curso**
- ★ **Certificado**

* O link para acesso ao certificado será enviado para o e-mail indicado na inscrição até 15 dias após o término do curso (última aula). O percentual de frequência que constará no certificado corresponderá ao tempo de audiência no curso (aulas ao vivo e replay, para o qual é considerado o período de disponibilização de 7 dias). Decorridos os 7 dias do replay, serão emitidos os certificados, independentemente de qualquer outro fator. A aferição da presença é realizada via sistema por meio do acesso de login e senha do aluno, os quais são individuais e intransferíveis.

* Cada senha de acesso à sala virtual dá direito a um único acesso e certificação. A senha não deve ser compartilhada.

* É vedada a captação de som ou imagem das aulas, bem como o seu compartilhamento por qualquer meio ou mídia.

* A ZÊNITE reserva-se o direito de cancelar unilateralmente a realização do curso ou ainda reagendar data/horários de realização, comprometendo-se a informar antecipadamente os inscritos, o que não caracterizará infração administrativa ou civil, ficando isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

Pagamento

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de **ZÊNITE INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A.**, CNPJ 86.781.069/0001-15.

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas ao lado.

OBSERVAÇÃO: Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como:

Boleto / Transferência bancária / Depósito / Pix



Banco do Brasil | Ag.: 3041-4 | Cc: 84229-X



Banco Bradesco | Ag.: 5723 | Cc: 0766622-5



Caixa Econômica | Ag.: 1525-3 | Cc: 1566-2



Banco Itaú | Ag.: 3833 | Cc: 63040-7



Banco Santander | Ag.: 3837 | Cc: 130017258